

Teoria política jesuítica em contextos práticos de justificação

José EISENBERG. **As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno. Encontros Culturais, Aventuras Teóricas.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000. 264 páginas.

Alexandre Vieira ¹

Resenhas

A busca fundamental promovida por José Eisenberg (p.14) em sua mais recente produção teórica está vinculada à tentativa de demonstração de que as missões jesuíticas do Novo Mundo formam “o contexto histórico e intelectual do desenvolvimento do pensamento político-jesuítico do início da era moderna”. O desafio consiste em tentar explicar, via interpretação das idéias, o modo como os missionários, em contextos práticos de justificação, contribuíram para que ocorressem mudanças conceituais de crucial importância para o melhor entendimento do que Skinner chama as fundações do pensamento político moderno.

A atenção de Eisenberg está voltada para o conjunto de estratégias utilizadas por missionários jesuítas instalados no Brasil durante a segunda metade do século XVI, em especial Manuel de Nóbrega (1517-1570), que empenha toda uma campanha retórica para justificar a reforma do empreendimento missionário. O contexto prático dessas mudanças conceituais residiu na necessidade de enfrentamento da forte expansão protestante na Europa. No âmbito do Brasil, a principal colônia portuguesa no ultramar, a estratégia da Contra-Reforma foi ampliar os limites do poder secular através da conversão em massa de índios.

Entram então em cena os jesuítas da Companhia de Jesus, que ao contrário dos Dominicanos, ousaram se constituir em agen-

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

tes de atuação direta na sociedade política regida pelas leis positivas dos homens. Imbuídos de autoridade incondicional, só devendo préstimos ao Papa, os missionários por quase um século desenvolveram um *imperativo da justificação* profundamente associado a uma visão filosófica do mundo moral e religioso bastante sofisticada. A articulação retórica visou dar sustentação à reforma das missões através do abandono das atividades da costa brasileira e a sua substituição pelas marchas para o interior, onde foram fundados aldeamentos. “*Essa justificação política para as Aldeias desenvolvidas por Nóbrega, não só tornou-se o modelo para as missões jesuíticas lideradas por José de Acosta em Juli, no Peru, e, mais tarde, para as reducciones do Paraguai, como também deu origem a uma fundamentação do poder político (dominium) pelo medo e consentimento dos governados, que seria mais tarde desenvolvida teoricamente pelo teólogo jesuíta Juan de Mariana, no seu De Rege (p.22).*”

Daqui destacam-se duas fortes tendências de interpretação das idéias empreendidas por Eisenberg: a que procura demonstrar como o consentimento – através do medo – pode garantir legitimidade política à tarefa missionária de conversão, isso desde o ponto em que era preciso convencer os índios a deixarem a costa brasileira e migrarem para o interior do interior – as Aldeias no Brasil de territórios longínquos; e a tendência que está no que Eisenberg chama de surgimento do conceito de direito subjetivo. Estas duas tendências de interpretação servem ao autor como uma base por sobre a qual formula seu esquema de demonstração de hipóteses plausíveis. Esses dois movimentos não são necessariamente complementares, uma vez que aparecem num *continuum* que expõe as dinâmicas de construção da Companhia de Jesus numa perspectiva cronológica mais ampla. Enquanto as missões, tal como proposto pela reforma de Nóbrega, iam se institucionalizando e o sistema de Aldeias ganhava conformação, contrariamente as novas gerações de jesuítas passaram a se interessar pelo trabalho nas cidades da colônia. A legitimação da ação missionária centrou-se mais no interesse pela educação de colonos leigos do que na conversão dos índios através da catequização. A situação criada por esse afastamento gerou o acirramento dos debates teóricos que tratavam da servidão voluntária.

Da intrincada construção de esquemas de explicação e demonstração, Eisenberg (p. 16) destaca uma única hipótese metodológica, assim expressa: “(...) a história das linguagens da teoria política moderna, encadeada na sistematização doutrinária daqueles autores que vieram a constituir o cânone do pensamento político, não é capaz de explicar, sozinha, como mudanças conceituais ocorrem e por que determinadas idéias adquirem proeminência”.

Se quisesse interpretar ou didatizar ainda mais tal hipótese, poderia formulá-la da seguinte maneira: o método da história das idéias, sobretudo na ótica skinneriana e seus seguidores, não consegue explicar em extensão o como e o porquê das mudanças conceituais mais proeminentes. A opção pelas obras de teoria política de autores consagrados apenas reflete uma parte da árdua tarefa que deve levar os estudiosos do tema na condução de suas reflexões sobre os eventos pragmáticos ou retóricos que inauguraram o moderno pensamento social.

Essa hipótese, como uma resposta teórica à escola historiográfica de Skinner e seus seguidores, remete Eisenberg a um intrincado movimento de construção metodológica, que resulta numa análise irrefutavelmente importante sobre a produção da teoria política dos jesuítas em solo brasileiro e na antecipação de polêmicas em que participaram os jesuítas espanhóis com os luteranos e os humanistas logo no final do século XVI e início do século XVII.

A presumível contribuição de ordem metodológica, que resulta no esforço de superação do método historiográfico skinneriano, está associada à necessidade de articulação de estratégias relacionadas à forma de construção e apresentação dos argumentos.

Avançando nos aspectos metodológicos, não há como dissociar o estudo de Eisenberg da idéia de que existe uma intenção em dar uma resposta tardia a algumas das principais teses do livro de Quentin Skinner *As fundações do pensamento político moderno*². Sobretudo após a leitura do capítulo quatorze da obra do

² Publicado pela primeira vez em português pela Companhia das Letras, em 1996, com tradução de Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta.

Cambridge man, que trata do ressurgimento do tomismo, é possível inferir sobre as diversas proporções que dão contorno ao debate levado adiante por Eisenberg. Uma das motivações mais profundas talvez tenha sido o fato do autor ter reproduzido o velho preconceito em relação à história que liga a Ibéria unicamente à Espanha, deixando Portugal de lado.

Mas, nem mesmo Eisenberg se preocupa em estender tal debate. O que se vê é que em se tratando de um livro que provém de uma tese de doutorado, a discussão metodológica fica em segundo plano. A crítica contundente sobre toda uma escola historiográfica, que tem Skinner e Pocock à frente, cede espaço imediatamente para a tentativa de demonstração do modo como se deve conduzir um estudo que trata da interpretação de idéias.

Foram alguns os problemas metodológicos encontrados pelo autor nas propostas de Skinner e Pocock. O principal e o que mais se repete na introdução e conclusão de sua obra é a necessidade de demonstrar que tanto um como outro privilegiaram o estudo de autores canônicos do pensamento político moderno, e que tal feito obliterou as possibilidades de explicação histórica se tal esquema for comparado com a importância dos debates que ocorreram antes desses autores num âmbito de contextos institucionais práticos. O momento maquiavélico, por Pocock, e o momento hobbesiano, por Skinner, serviriam como ilustração para tal reducionismo. Eisenberg reproduz e parece reafirmar as críticas mais contundentes ao método neo-historicista de Skinner quando, por exemplo, questiona a posição de um historiador das idéias pouco familiarizado com a filosofia da linguagem em propor, à luz da teoria do ato da fala de John Austin, que cada proferimento é um espaço único para que ocorram mudanças conceituais. A insistência nos *"grandiloqüentes tratados sistemáticos de autores de um cânone expandido de pensamento político moderno"* (p.15) não passaria de um uso inapropriado de idéias fora de contexto. Por isso a ênfase contida em sua hipótese metodológica.

De fato, Skinner debate as questões referentes à liberdade e à fé cristã no novo mundo. Mas o faz a partir das teses de Juan Ginés de Sepúlveda (1490-1573), considerado um dos principais defensores dos espanhóis durante o processo de escravização de

nativos. Por exemplo, Skinner ao se referir à trajetória de Molina (1535-1600) e a Suárez (1548-1617) aponta para a influência institucional da Companhia de Jesus em Portugal, sobretudo a partir da forte influência da formação ocorrida em Évora e na Universidade de Coimbra. Esses dois teólogos espanhóis, por exemplo, estavam radicados em Portugal, pois na Espanha da segunda metade do século XVI não havia colégios preparados para a formação dos jesuítas. Esse poderia ter sido, já me apropriando da ótica eisenbergiana, um importante contexto institucional prático que conduziria um historiador mais atento a descobertas importantes, tais como as empreendidas sem não menos esforço pelo próprio Eisenberg.

Skinner fala da contribuição espanhola para o revivescimento do tomismo. Num exercício de antecipação, sustento que Eisenberg quer falar da contribuição portuguesa, em solo brasileiro, para o revivescimento do tomismo.

Eisenberg se propõe a explicar e a demonstrar como as missões formaram um contexto prático, que permitiu o desenvolvimento do pensamento político-jesuítico do início da era moderna. Portanto, antes de Hobbes, antes de Hugo Grotius, antes de Molina, Mariana e Suárez, os missionários portugueses em solo brasileiro já se ocupavam com a reflexão das situações criadas entre os índios e os colonos e, com isso, através das correspondências (*hijuelas*), desenvolveram muitas das teorias empregadas posteriormente pelos jesuítas espanhóis catedráticos na Europa e pelos autores canônicos citados acima.

Como dito, Eisenberg une-se aos principais críticos de Skinner³ e apresenta o conceito de contextos práticos como um dos trunfos responsáveis pela superação dos limites metodológicos do historiador inglês. Com isso, procura associar os fatos políticos

3 Notadamente, Eisenberg parece confirmar determinadas críticas metodológicas a Skinner contidas no livro organizado por James Tully, *Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*. Ed. Princeton University. EUA. 1988. Em específico nessa publicação, Eisenberg dá pistas de que no texto: *Method in intellectual history: Quentin Skinner's Foundations*, Kenneth Minogue desenvolve argumentos sobre os contextos pragmáticos. Outra obra de referência apresentada pelo autor é o livro de Nancy Struver. *Theory as practice: Ethical Inquiry in the Renaissance*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

dos tratados que surgiram nesses momentos. Em outras palavras, tenta promover a junção entre fatos e idéias. Eisenberg quer ao mesmo tempo lançar um olhar nos textos considerados secundários, mas que são tão ou mais importantes que os textos primários.

Finalmente, Eisenberg se utiliza de algumas técnicas de construção de texto e referenciamento que talvez sejam úteis assinalar. Tais estratégias parecem compor parte do esforço do cientista político em superar as insuficiências do método neo-histórico de Skinner.

Comparando-se o estilo de texto d'*As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno* com a forma de construção textual hiper-referenciada das *Fundações do Pensamento Político Moderno* do historiador britânico, o primeiro assemelha-se à prosa moderna. Eisenberg opta por citar apenas os títulos das referências, muitas das vezes abreviados. Todas as demais são direcionadas para notas de fim. Isso ocasiona um despoluição do espaço de leitura e causa a sensação de contato com um texto leve e ininterrupto.

Outro dado interessante é que Eisenberg restringe muito sua pesquisa, o que faz com que seu estudo pareça mais profundo que a obra de Skinner. Isso apenas se enfocarmos os capítulos quatorze e quinze em que o autor das *Fundações* escreve sobre o mesmo tema abordado por Eisenberg. A idéia de tratado, inescapavelmente percebida em Skinner, também não aparece no trabalho do cientista político brasileiro.

Ao contrário de Skinner, Eisenberg se utiliza basicamente da citação de obras dos autores que está estudando diretamente, no caso os tomistas do século XVI e XVII. Todas as referências aos autores contemporâneos que interpretaram os clássicos são remetidas a notas ao final do livro. Isso dá uma sensação ao leitor mais acostumado com a história intelectual ou história das idéias de que Eisenberg realmente interpreta as idéias dos autores clássicos a partir das produções teóricas originais. Skinner, por exemplo, no caso de Suárez, dialoga muito com alguns dos interpretadores contemporâneos desse jesuíta espanhol.

A confirmação desse procedimento parece ganhar peso quando Eisenberg opta por colocar em anexo a reprodução dos

dois principais documentos históricos estudados no decorrer de seu trabalho, no caso o *Diálogo sobre a conversão do gentio do P. Manuel da Nóbrega [Baía 1556-1557]* e *Plano Civilizador – Carta do P. Manuel da Nóbrega ao P. Miguel das Torres, Lisboa [Baía 8 de maio de 1558]*. Ainda que para dar mais legitimidade à exaustiva demonstração de suas teses, Eisenberg constrói a *Tabela Cronológica – Os Jesuítas, as Missões e o Direito Natural Tomista*, em que consta na grade histórica a participação dos missionários portugueses como sendo aqueles que estiveram profundamente imbricados com a constituição do moderno pensamento político.

Por certo, *As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno* insere-se como leitura obrigatória àqueles que procuram estudar capítulos da história do Brasil sem ter que lidar diretamente com o peso acadêmico do factualismo historiográfico. Ao mesmo tempo abrem-se novas possibilidades de estudos sobre temas pouco visitados por disciplinas como a Ciência Política e a própria Sociologia.